

Marcelo Oliveira vai para Brasília buscar R\$ 2 bilhões via Consórcio



Marcelo Oliveira vai para Brasília buscar R\$ 2 bilhões via Consórcio

ARTUR RODRIGUES
arturmodrigues@dgabc.com.br

O presidente do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC e prefeito de Mauá, Marcelo Oliveira (PT), viaja amanhã para Brasília para buscar R\$ 2 bilhões em convênios federais

para as sete cidades. Ele participará da 84ª reunião da FNP (Frente Nacional dos Prefeitos), que acontece nestas segunda e terça-feiras. Além desta agenda institucional, o mauense também se reunirá com ministros e, segundo ele, até com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para buscar recursos para

o município que governa e toda a região. Ele concedeu entrevista exclusiva ao Diário durante o evento de lançamento de seu livro autobiográfico, A Caminhada, na última sexta-feira, 10, e contou sobre as prioridades do Consórcio no uso da verba. Leia, abaixo, os principais trechos da conversa:

Quais demandas que o sr. vai apresentar ao governo federal?

Vamos levar as demandas de todo o Grande ABC. Há contratos junto à Caixa Econômica Federal que chegam a R\$ 2 bilhões e que estão parados. Então, vamos trabalhar para que possamos destravar esses contratos que já existem, precisamos apenas destravá-los e colocá-los em prática. Tivemos uma reunião dos prefeitos no Consórcio na semana passada e definimos que precisamos de mais investimentos em Defesa Civil, para evitar que a região continue sofrendo com enchentes. Em Mauá, por exemplo, estamos investindo no piscinão e esperamos não ter mais enchentes a partir do próximo verão. Vamos buscar recursos para implementar o sistema de sirenes, que são fundamentais para evitar tragédias como as que presenciamos na região neste início de ano, além daquilo que aconteceu no Litoral Norte durante o Carnaval.

O destino dessa verba já está definido?

Temos vários projetos no Consórcio, mas os principais são habitação, mobilidade urbana e também a discussão do meio ambiente. Na habitação, precisamos ampliar o programa Minha Casa, Minha Vida na região. Quanto mais unidades habitacionais nós tivermos, menores serão os riscos de tragédia como as que vivenciamos neste início de ano. Quanto à mobilidade urbana, precisamos de qualquer jeito trazer o Metrô para o Grande ABC. O governo do Estado deu início às obras do BRT nas últimas semanas, o que, claro, vai ajudar, mas ainda não é o suficiente. A nossa população precisa do Metrô há pelo menos uma década. Já passou da hora de trazeremos o Metrô para cá e, através do Consórcio, estaremos dialogando com

o governo estadual para analisar todas as possibilidades. E na questão do meio ambiente, não podemos deixar a coleta e tratamento de esgoto de lado. Além disso, também precisamos pensar em formas de energias que sejam limpas. Estaremos conversando com as indústrias da região, sabemos que o Grande ABC possui um enorme polo petroquímico, que é fundamental para a economia da região, do Estado de São Paulo e do Brasil, então temos que trabalhar pela manutenção e ampliação da indústria na região, mas sempre buscando maneiras de preservar o meio ambiente.

Qual é o papel do poder público em garantir que a população não resida em áreas de risco?

O poder público tem a obrigação de garantir moradia digna à toda população. Estamos fazendo todo o mapeamento através do Consórcio, para trazeremos recursos para contrarmos uma entidade para a realização de um estudo de área de risco. A última vez que isso foi feito foi em 2013, quando Mauá tinha 10.624 famílias em áreas de risco. Precisamos saber a atualização desse número, pois estamos falando de dez anos atrás. Esse atraso dificulta o nosso trabalho e, por isso, temos que investir não apenas em soluções imediatas, mas evitar que novas ocupações em áreas de risco sejam realizadas. A gente sabe que ninguém mora em zona de risco porque quer, a imensa maioria está lá por necessidade e por não conseguir um lugar melhor. Mas é obrigação do poder público garantir uma moradia digna para essas pessoas e a cidade de Mauá está em débito com elas, já que estamos há dez anos sem um estudo para saber quantas pessoas estão nesses locais. Já estamos retornando as famílias que estão rece-

bendo o nosso auxílio emergencial e queremos tirar todo mundo o mais rápido possível.

O sr. pretende iniciar as obras habitacionais ainda neste mandato?

Sem dúvida nenhuma. Estou indo para Brasília, vou conversar com o governo federal para ampliarmos o programa Minha Casa, Minha Vida aqui na região. Queremos legalizar algumas áreas e precisamos de parceria com União e Estado. Vou me encontrar com o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais), o ministro Luiz Marinho (Trabalho) e o nosso presidente Lula para que possamos traçar projetos em prol da nossa região. Em Mauá, nós já fizemos o mapeamento de terrenos onde a gente pode fazer a construção de unidades habitacionais e vamos apresentar isso ao governo federal para que possamos acelerar esse processo e dar uma moradia digna às pessoas. Já conversamos com o governo do Estado e vamos conversar com o governo federal. Precisamos, para a nossa região, de pelo menos 3.000 unidades habitacionais para pessoas que estão recebendo auxílio emergencial ou o Bolsa Aluguel. Só no Jardim Zaíra, em Mauá, há mais de 700 famílias que moram em área de risco e nós vamos trabalhar para levá-las a locais seguros e mais dignos. O poder público tem a obrigação de fiscalizar e impedir que as pessoas ocupem áreas de risco, mas para que elas não ocupem, elas precisam ter onde morar. E isso quem tem que garantir somos nós, prefeitos, governadores, ministros e presidente.

São Bernardo e São Caetano oficializaram as respectivas saídas do Consórcio. Com toda essa verba chegando, tentará convencer as duas cidades a voltar

à entidade?

Antes da minha posse eu telefonei para o Orlando (Morando, prefeito de São Bernardo) e para o (José) Auricchio (Júnior, prefeito de São Caetano), para conversar sobre essa decisão. Eles têm o lado deles, nós vivemos numa democracia e respeitamos o que eles decidiram, mas sabemos que o Consórcio fica muito mais fortalecido quando conta com a parceria de todas as cidades do Grande ABC. Mas eu garanto que as saídas de São Bernardo e São Caetano não irão gerar nenhum prejuízo aos demais municípios e, lógico, insistirei para que o Orlando e o Auricchio mudem de ideia o mais rápido possível. Vamos dialogar com eles para tentar reverter essa situação. Porque quando se fala em investimento do Consórcio, nós estamos falando em todo o Grande ABC. Cada cidade tem a sua demanda, é verdade, mas o Consórcio engloba todas as sete cidades. Não dá para separar os recursos, temos que trabalhar por todos os municípios. Por isso, vamos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para trazer São Bernardo e São Caetano de volta à entidade. Conversando com o Guto (Volpi), consegui convencê-lo a manter Ribeirão Pires no Consórcio. Ele entendeu a importância da cidade no grupo. O processo de governança é fundamental para o crescimento de qualquer cidade ou região. Temos que deixar as diferenças de lado e trabalhar em prol do Grande ABC. Precisamos entender que o O Consórcio não é de nenhuma cidade. O Consórcio é da população do Grande ABC. Nem sempre conseguimos consenso, mas democracia é isso, é respeitar resultado de uma eleição, seja ela qual for. Eu posso não concordar e não gostar, mas preciso respeitar.



"O Consórcio Intermunicipal é da população do Grande ABC. Cada cidade tem sua demanda, mas o Consórcio engloba as sete"



"Há contratos junto à Caixa que chegam a R\$ 2 bilhões e que estão parados. Então, vamos trabalhar para destravá-los"



"Temos vários projetos, mas os principais são habitação, mobilidade urbana e também o do meio ambiente"

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Pagina: 3